

A POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA DIRECIONADA A LÓGICA DO MERCADO: UMA ANÁLISE DO BRASIL PÓS 64

Karen de Fátima Ségala¹

Resumo

Este estudo objetiva analisar como tem se constituído a política de educação superior no Brasil ao longo de sua história, identificando elementos que impulsionaram sua expansão. Destacamos dois períodos de suma importância para essa expansão, onde expomos elementos que marcaram a política de educação superior pública, um deles durante a Ditadura Militar iniciada em 1964 e o outro após o governo Lula. Esta expansão do ensino superior vem sendo implantada no país desde a década de 60, antes mesmo de ser instituída através de uma política específica, que é o caso do REUNI. Isso se deve ao fato de que naquela época o país passava por um processo de modernização da educação superior, o que denominaram de Reforma Universitária, ocorrida pela exigência do desenvolvimento econômico e tecnológico, que passou a redefinir as funções dentro da esfera da produção, exigindo mais formação intelectual. Para nos auxiliar nesta discussão usamos autores como Cunha (2000), Netto (2009) Saviani (1996), Meszáros (2005), entre outros. Identificamos, portanto, como essa expansão tem sido voltada prioritariamente no sentido de atender as demandas do mercado por mão - de - obra qualificada, com foco na formação técnica e prática em detrimento de uma formação humanista, politizada e emancipatória.

Palavras Chaves: Educação Superior, Expansão, Capitalismo.

INTRODUÇÃO

A política de educação integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser da sociedade. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias, mas que não se esgota na política educacional, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação, por isso devemos pensá-la em sua inserção dentro de uma sociedade de classes. (CFESS-CRESS, 2011-2014).

Desde a implantação da universidade no Brasil, a educação é direcionada a responder as exigências da elite local e da metrópole, no intuito de trazer para a colônia condições econômicas e sociais iguais as que tinham em Portugal. Devido a isso, dava-se mais incentivo à criação de cursos que de acordo com a época traziam mais prestígio e condições

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto em Maio de 2013. Atualmente trabalha como Assistente Social da Prefeitura Municipal de Ponte Nova/ MG. Email: karensegala@hotmail.com

de crescimento econômico, como foi o caso dos primeiros cursos criados no país, Medicina, Direito e Engenharia.

A primeira universidade criada no Brasil veio por meio de autorização legal do Congresso Nacional, em 1920, perto das comemorações do centenário da independência. A Universidade do Rio de Janeiro foi a primeira a assumir esse status duradouramente. Ela reunia administrativamente faculdades, dava mais ênfase ao ensino do que a pesquisa e ainda conservava o caráter profissionalizante dos primeiros cursos criados no Brasil.. (CUNHA, 2000)

A partir da criação da universidade, intensificam os debates sobre os rumos da educação superior no Brasil. Muitas foram às funções atribuídas à universidade, principalmente, causadas por mudanças ocorridas no período, nos planos, políticos, econômicos e sociais. Desse modo com a crescente industrialização, abre um campo de negócios aos pequenos e médios capitalistas, e nesse momento histórico a educação passa a ser vista como a forma de ascensão social.

Foram criadas universidades com o intuito de desenvolver também a pesquisa, como é o caso da Universidade de São Paulo (USP) em 1934 e da Universidade do distrito Federal (UDF) em 1935. Essas iniciativas são de extrema importância para se pensar uma educação voltada para formação política e humanista, que se preocupasse com os rumos da sociedade.

Porém, essa ânsia não se efetivou devido ao alto grau de tradicionalismo das faculdades já existentes. Elas não admitiam abrir mão do processo de seleção e formação dos seus alunos, desde o ingresso até suas formaturas. Desse modo, a elite paulista continuava dando mais prestígio ao caráter profissionalizante da universidade, principalmente, reforçando a proliferação dos primeiros cursos existentes no país. (OLIVEN, 2005).

De fato, há uma intenção explícita do governo federal, principalmente após 37, de assumir o controle das iniciativas no campo cultural. A ideia comum aos projetos da USP e da UDF, de formar na universidade as elites que, com base na autoridade do saber, iriam orientar a nação (colocando-se, de certa forma, acima do Estado), seria, no contexto do Estado Novo, considerada perigosa. Ao governo federal interessava ter o monopólio de formação dessas elites e por isso impunha sua tutela sobre a universidade. (MENDONÇA, [S/A]).

Tendo em vista a correlação de forças entre Estado e os defensores da política educacional, os estudantes começam a dar seus primeiros apontamentos no sentido de estabelecer um movimento estudantil, movimento que reivindicava principalmente a universidade mais autônoma e integral para todos. A tardia junção das faculdades isoladas, em uma universidade, dificultou muito a reunião de estudantes em um grupo forte e sólido que

tivesse capacidade de desenvolver uma crítica ao sistema educacional de ensino e a sociedade em geral. Com o aumento da repressão causada pelo Estado Novo nos anos de 1930, os estudantes se sentiam cada vez mais instigados a questionar tais medidas, o que culminou com a criação em 1937 da União Nacional dos estudantes – UNE. (CUNHA, 2000)

Com o processo de modernização do ensino superior, nos anos 1950 e 1960, que exigia uma sincronização da Educação com o desenvolvimento econômico e social, tivemos a formação de intelectuais coletivos que se preocupavam com os rumos da educação no país. Já ancorados, desde a época do Estado Novo, o movimento estudantil toma a cena do golpe militar de 1964 com o movimento da Reforma Universitária, que dentre suas diretrizes estava à criação de institutos de pesquisas, organização do regime departamental, estruturação da carreira dos docentes e dos técnicos administrativos e melhores salários. É, nesse momento, também, que se demarcam as primeiras reivindicações por assistência aos estudantes nas universidades federais, como auxílio moradia, alimentação e transporte, e, também, incentivo à pesquisa científica, artística e filosófica. (CUNHA, 2000)

Com o reconhecimento por parte dos estudantes de qual era o seu papel dentro da universidade e, conseqüentemente, na sociedade, que se firma o movimento estudantil. Assim, o Estado passa a deixar cada vez mais claro suas reais funções, alimentadas sempre pela gana da grande burguesia de permanecer sempre no poder. Com o golpe de estado, em abril de 1964, e a tomada de poder pelos militares se instala no país uma época de ditadura.

A política educacional em nível superior a partir de então começa a passar por um processo de transformação, expansão e modernização, tudo no sentido de se adequar ao novo cenário de mudanças sociais, políticas e econômicas ao qual o país se inicia.

2 O BRASIL PÓS 1964: O “ENQUADRAMENTO” DA POLÍTICA EDUCACIONAL A DITADURA

Segundo Netto (2009) o desfecho de abril foi uma solução política que a força impôs: “A força bateu o campo da democracia, estabelecendo um pacto contra revolucionário e inaugurando um quadro que segundo Florestan Fernandes (1977) denomina-se de um ‘padrão composto e articulado de dominação burguesa, visava beneficiar, sem exceção todas as classes proprietárias’. Expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares”. (NETTO, 2009, p.25)

Nesse momento, o sistema educacional passa por um processo que Netto (2009) denomina “enquadramento” à dinâmica capitalista. Para ele, há pelo menos dois momentos que caracterizam o trato da política ditatorial com a educação, um entre 1964 e 1968, caracterizado principalmente pelo esforço para erradicar as experiências democratizantes que se vinham desenvolvendo, outro a partir de 1968-1969, marcado pela intervenção do Estado, no sentido de modelar o sistema educacional às exigências de seu projeto “modernizador”.

A demanda por uma educação institucional já vem sendo sentida desde o começo do processo de industrialização pesada, o que faz com que as camadas médias da sociedade vejam no ensino superior um meio de mobilidade social, aumentando assim a pressão por educação pública. Desse modo, o movimento estudantil assume seu papel de contestador do regime imposto, levando a educação a ser para o governo uma das questões prioritárias. Porém, as medidas adotadas são um reforço no seu poder de repressão, com o exílio dos professores e com a ilegalidade da União Nacional dos Estudantes. (CUNHA, 2000)

Ao contrário do que o governo esperava essas medidas não surtiram efeito significativo, e assim pensou-se em uma refuncionalização da política educacional, que se tornaria o sistema educacional da autocracia burguesa. Se antes as medidas de repressão foram intensificadas, neste momento, houve a tentativa de eliminação de todas as formas de contestação ao regime e a funcionalidade extrema do sistema educacional ao modelo econômico. (NETTO, 2009).

(...) funcionalidade verificada em dois planos: o seu aporte em termos de reproduzir no e pelo sistema educacional os mecanismos excludentes que aquele generalizava em toda a estrutura societária e a sua adequada inserção no privilégio ao grande capital, com um novo direcionamento ao velho problema brasileiro do financiamento da educação. (NETTO, 2009, p.61)

Em 1968, o governo sanciona a lei da reforma 5.540/68, onde fica estabelecida a universidade como a forma de organização por excelência do ensino brasileiro, concluindo que os institutos e faculdades isoladas seriam considerados excepcionais e transitórios e que a universidade deveria funcionar em cima do tripé: ensino, pesquisa e extensão. Sabemos que das três, a que vem sustentando a universidade é somente o ensino, o objetivo da lei era justamente inverter a tendência tradicional, passando a pesquisa a ser o eixo central. Saviani (1984) esclarece que:

Na prática, o resultado foi, por um lado, a não implementação da pesquisa como atividade nuclear do ensino superior (já que esta praticamente inexistia)

nos institutos isolados e sequer é predominante nas universidades) e por outro lado o empobrecimento do ensino, sendo que era uma condição transitória a existência de institutos isolados, mas que passa a ser a regra. (SAVIANI, 1984, p.27)

Nas palavras de Netto (2009) o que ocorreu de fato foi:

No âmbito da pesquisa e da investigação das ciências e áreas de controle da natureza, a mediocratização foi implantada, e a universidade viu-se marginalizada da função de renovar, ampliar e criar o estoque científico e técnico do país. Isso pouco significou para um Estado que substituiu a formação tecnológica e científica pelo aprofundamento da dependência e da subalternidade aos centros imperialistas. Destarte, os vários mecanismos que desagradaram intelectualmente a universidade não afetaram o projeto autocrático burguês: antes, constituíram um de seus feitos- a universidade neutralizada, esvaziada, reprodutiva e asséptica era funcional a ele. (NETTO, 2009, p.67)

Os dirigentes e donos de faculdades particulares que mantinham relação de afinidades políticas com o governo, em contraposição ao que ficou estabelecido na lei, trataram de providenciar que o Conselho Federal de Educação não medisse esforços para que as instituições privadas fossem apoiadas financeiramente pelo Estado no intuito de conseguirem o status de universidade, aumentando assim o seu prestígio e, conseqüentemente, os privilégios financeiros. (CUNHA, 2000)

A reforma universitária tinha como principal objetivo neutralizar as cúpulas dirigentes das universidades, alcançar a autonomia das instituições perante o Estado, de modo que pudessem elaborar seus próprios orçamentos, recebendo recursos sem destinação específica; eleger os dirigentes internamente, cabendo ao governo federal apenas a nomeação; bem como, liberdade para elaborar os seus próprios currículos e programas. Os movimentos se tornaram cada vez mais evidentes, ultrapassando os muros da universidade. Os estudantes se envolviam cada vez mais com as questões políticas do país e na luta do povo, indo para as ruas e reivindicando em comícios e passeatas. (MENDONÇA, 2000)

Esse fato foi muito importante para entender que a universidade e o sistema educacional em geral não estavam desgrudados dos dilemas da sociedade. Pelo contrário, a educação como as outras políticas sociais são um reflexo dos males que assolam nossa sociedade e que por ser um local onde se difunde o conhecimento e a crítica, é que se deve incentivar sempre a luta por uma sociedade justa, sem dominação e exploração de uma classe pela outra, na incessante formação de intelectuais que tenham condição de desenvolver esse pensamento.

Para Netto (2009) a reforma universitária significou na verdade uma estratégia do Estado no sentido de responder aos movimentos de contestação do seu regime autocrático burguês, com medidas interventivas no sistema educacional que mascarassem seus reais objetivos. A política educacional passa a sentir influência norte-americana, fazendo com que haja uma desnacionalização da política educacional brasileira. Instala-se uma lógica empresarial, com um elevado grau de burocratizações e transformando-a em um espaço propício para investimentos capitalistas. Assim, deixando livre para a iniciativa privada a criação de suas universidades, que lucravam com os investimentos da burguesia, e não deixavam de receber recursos do Estado. O que se deu foi uma degradação do sistema público aliado à expressiva onda privatizante.

A crescente intervenção da iniciativa privada na educação superior tem sido sentida em diversos momentos da história, o que para nós é relevante observarmos que nada teria sido igual sem a incessante intervenção e apoio do Estado, o que de fato exemplifica o comprometimento do Estado com a classe dominante no reforço da lógica capitalista de acumulação da riqueza nas mãos de uma minoria e em consequência a disseminação da pobreza em graus extremos para grande maioria da população.

Mais uma das iniciativas estratégicas da autocracia burguesa, no sentido de conter as forças trabalhistas que se apontavam, foi estabelecer uma extensão das políticas sociais que combinavam autoritarismo com assistência. Criou-se medidas para impulsionar as políticas sociais em vários setores como é o caso da criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, a Fundação Nacional para Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e o Banco Nacional de Habitação. Não deixando de abrir as mesmas oportunidades para que a iniciativa privada investisse também nesses setores. (BEHRING, BOSCHETTI, 2008).

Apesar de todas as marcas negativas causadas pelo regime ditatorial, a partir dos anos 70, restabelece a reflexão crítica sobre a educação brasileira, ocasionando assim entre outros fatores, no processo de crise daquele regime e o apontamento de novos sujeitos preocupados em efetivar uma política de esquerda, com uma real função revolucionária, que segundo Netto (2009) sofreu grande influência das ideias marxistas, inspirados por ideais radicais e autênticos.

Com o começo do esgotamento do regime autoritário, em função dos impactos da economia internacional, restringindo o fluxo de capitais e também dos limites internos,

principalmente devido a grande crise do capitalismo mundial ao fim dos seus “anos de ouro”², os anos 1980 também são marcados pelo endividamento externo, pelo aprofundamento das dificuldades de políticas econômicas e pelos aumentos nos impactos nos investimentos na redistribuição de renda. Aumento generalizado do desemprego, o que fez fortalecer ainda mais as entidades estudantis, que neste momento já haviam recuperado o espaço retirado, desenvolvendo uma atuação política marcante, os programas de pós-graduação que também estavam sendo instituídos e ofereciam ainda mais subsídios aos estudantes de desenvolver uma crítica estrutural e fundamentada às políticas governamentais. A universidade teve papel prioritário na conquista da redemocratização do país. (CUNHA, 2000 e BEHRING, BOSCHETTI, 2008).

2.1 A REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS: A EDUCAÇÃO COMO RESPONSABILIDADE ESTATAL E OS APONTAMENTOS DA POLÍTICA NEOLIBERAL

Uma nova constituição foi promulgada em 1988, definindo, novamente, a universidade como instituições onde o ensino, pesquisa e extensão desenvolver-se-iam de modo indissociável. A educação superior, como as demais políticas públicas, foi contemplada na Constituição Federal de 1988 por numerosos avanços. Ela passou a ser estabelecida na Constituição no seu art. 205 como “direito de todos e dever do Estado e da família, promovida com a colaboração da sociedade”. (BRASIL, 1988).

O processo de democratização do país ganha força expressiva, e o fator positivo da década de 80 do século XX sempre será lembrado como a época em que surgiram no cenário brasileiro cidadãos preocupados com o rumo político do país. A nova constituinte tornou-se uma esperança de mudança para os trabalhadores brasileiros, sua presença e ação contribuíram para que fossem afirmadas diversas conquistas políticas como a reafirmação da liberdade democrática, direitos trabalhistas, a reforma agrária, e a construção de uma verdadeira política de esquerda. (MOTA, 2010)

No entanto, a travessia para a democracia ficou inconclusa, visto que a classe dominante tratou de moldar um candidato à presidência a seu modo, Fernando Collor de Melo, presidente que foi eleito com a ajuda intensiva dos meios de comunicação e com a

² Expressão de uma onda de expansão econômica, durante a qual crescimento econômico e taxas de lucros mantiveram-se ascendentes entre o fim da segunda guerra mundial e a segunda metade dos anos 70. (NETTO, BRAZ, 2008, p.212)

promessa de novos tempos. Apesar dele não ter ficado muito tempo no poder, devido o seu *impeachment*, logo após sua posse, ficam explícitos os objetivos da classe dominante de não medir esforços em se manter no poder e ter sempre seus objetivos alcançados. A constituição é um exemplo disso, pois apesar das conquistas por direitos sociais, representa mais uma vez a grande influência da burguesia para com do Estado.

O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de “Constituição Cidadã”, de Ulisses Guimarães. Mas manteve fortes traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil (as propostas de construção de um Ministério da Defesa e do fim do serviço militar obrigatório foram derrotadas, dentre outras), a manutenção de prerrogativas do Executivo, como as medidas provisórias, e na ordem econômica (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 141-142).

O capitalismo mundial já havia instalado sua tentativa de restabelecer suas taxas de lucros e acumulação, depois de sua grande crise, a partir da instalação do ideário neoliberal nos países centrais, que tem como objetivo regular a economia sem investimentos significativos no social.

É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem á satisfação de direitos sociais. Na verdade ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital. (NETTO e BRAZ, 2008).

Assim o Brasil tem no novo presidente, Fernando Henrique Cardoso, um aliado para instalar esse ideário em terras brasileiras. Um projeto de fortalecimento do capital que prevaleça por um longo prazo. FHC governa com a ideia de que estamos num novo tempo, da globalização, da modernidade competitiva, de reestruturação produtiva e de reengenharia, no qual devemos nos ajustar. Este ajustamento deve dar-se não mediante políticas protecionistas, intervencionistas ou estadistas, mas de acordo com as leis do mercado globalizado, mundial. Segundo Ciavatta e Frigotto (2003) há um ajuste brasileiro a esse ideário e ele se dá da seguinte maneira:

O ajuste traduz-se por três estratégias articuladas e complementares: desregulamentação, descentralização e autonomia e privatização. A desregulamentação significa sustar todas as leis: normas, regulamentos, direitos adquiridos (confundidos com privilégios) Para não inibir as leis de

tipo natural do mercado. A descentralização e a autonomia constituem um mecanismo de transferir aos agentes econômicos, sociais e educacionais a responsabilidade. De disputar no mercado a venda de seus produtos ou serviços. Por fim, a privatização fecha o circuito do ajuste. O máximo de mercado e o mínimo de Estado. O ponto crucial da privatização não é a venda de algumas empresas apenas, mas o processo do Estado de desfazer-se do patrimônio público, privatizar serviços que são direitos (saúde, educação, aposentadoria, lazer, transporte etc.) e, sobretudo, diluir, esterilizar a possibilidade de o Estado fazer política econômica e social. O mercado passa a ser o regulador, inclusive dos direitos. (CIAVATTA, FRIGOTTO, 2003, p.106)

Nos termos de Behring (2003), o que esteve em curso nos anos 1990 foi uma verdadeira “contra-reforma” do Estado brasileiro, na medida em que houve uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal. Este processo subordinou os direitos sociais à lógica orçamentária, à política social e à política econômica, prevalecendo o trinômio articulado do ideário neoliberal: privatização, focalização e descentralização.

Assim, a tendência geral é de redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal, transformando-se as políticas sociais - a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da seguridade social nos países – em ações pontuais e compensatórias daqueles efeitos mais perversos da crise (BEHRING, 2003, p. 248).

Passaram a prevalecer o crescimento econômico às políticas restritivas, voltadas para o controle inflacionário, o equilíbrio fiscal e a estabilidade financeira. Nesse sentido, portanto, o que se consolidou na virada dos anos 1990 foi uma ofensiva das classes dominantes, representadas no país por frações da burguesia industrial e financeira e pela burocracia estatal a ela associada. As bases do projeto neoliberal foram fincadas mediante a constituição de um ideário ou de uma cultura política da crise que advogava a defesa da retomada do crescimento econômico, da inserção do Brasil na economia internacional e da necessidade de redefinição do papel do Estado (MOTA, 1995).

Segundo Netto (2008), o último terço do século XX assinala o exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem do capital, ou seja, a atual ordem societária não possui mais condições de propiciar quaisquer alternativas progressistas para a massa dos trabalhadores e para a humanidade, em todos os níveis da vida social. Esta ordem só tem a oferecer soluções barbarizantes para a vida social. O autor ressalta, ainda, que a “articulação orgânica de repressão às ‘classes perigosas’ e assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da ‘questão social’ constitui uma das faces contemporâneas mais evidentes da barbárie atual” (NETTO, 2008, p. 200).

Desse modo, passando a responsabilidade para a iniciativa privada, o empresariado juntamente com o governo brasileiro vem empreendendo esforços para instalar no país um sistema educacional que responda as demandas das empresas instaladas no Brasil, fazendo crescer cada vez mais os cursos profissionais e responsabilizando o sujeito pelo custeamento de sua formação profissional. Dessa forma, fortalecendo ainda mais a iniciativa privada e isentando o Estado dos gastos públicos com determinada política. (SOUZA, 2002).

3 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A PARTIR DO GOVERNO LULA: PROMESSA DE EXPANSÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Com a entrada do século XXI, a lógica dos direitos e das políticas sociais no Brasil tendem a se alterar com a chegada na presidência, pela primeira vez na história, de um presidente com raízes operárias, fundador do Partido dos Trabalhadores - PT, eleito depois de três derrotas. Sua vitória foi conhecida por muitos como o fracasso do neoliberalismo no Brasil, tendo em vista que o novo presidente, Luís Inácio Lula da Silva, vai dar enfoque às políticas de transferência de renda, tendo o programa Bolsa Família³ como principal ação.

Para Mota (2010), essas políticas têm se apresentado como estratégia de integração responsável em possibilitar a reprodução econômica e social de uma parcela significativa e crescente da população brasileira. Para esta autora, ao contrário do que muitos pensam, as políticas de transferência de renda não são um repasse de recursos do capital ao trabalhador, ou dos ricos para os pobres. Na verdade o que ocorre é uma redistribuição de renda entre os próprios trabalhadores devido à crescente contribuição feita para a seguridade social através da previdência social.

O presidente Lula se fortalece na medida em que sente na população um expressivo apoio ao seu governo. Porém, diferente do que muitos imaginavam, o presidente deu continuidade à política de cunho neoliberal, alegando que tentaria responder as exigências das mais distintas camadas da população. Receberia apoio dos empresários, dos intelectuais e das lideranças populares e religiosas. No entanto, é impossível em uma sociedade como a nossa,

³ O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. (Em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, acesso em 03 março de 2014)

como já dito, que se baseiam nos interesses da burguesia, articular os desejos de duas classes antagônicas.

A política de educação em si, como já explicitada, está inserida em uma sociedade contraditória que é inerente ao sistema capitalista. Sendo assim, a política de educação carrega em seu interior as marcas dessa contradição, na medida em que, ao mesmo tempo em que ela serve aos interesses do capital, no intuito de privilegiar a classe burguesa, é também capaz de promover estratégias que possam alterar de alguma maneira as formas de reprodução, como a tomada de consciência de alguns indivíduos que se preocupam em criar uma nova ordem social. No entanto, tendo em vista as transformações que vem sendo impostas pelo Estado ao longo da história, é difícil conceber uma superação da ordem vigente através da educação.

O Brasil, como os outros países periféricos, vem sofrendo grande influência do capitalismo mundial, refletido principalmente na maneira com que trata as questões sociais, subordinados aos interesses do mercado. No período explicitado, especialmente, essa influência se sente na maneira como o Estado passa a ser cada vez máximo para o capital e em consequência mínimo para o social. Assim, o capital passa a exercer controle sobre espaços que até então estavam a salvo de sua influência. (NETTO E BRAZ, 2008).

Desse modo, as políticas sociais sofrem um processo de privatização, dando espaço para que os investimentos capitalistas se tornem mais expressivos. Conforme Chesnais (2006) apud Ferreira (2011), [...] “é no movimento de transferência, para a esfera mercantil de atividades que até então eram regulamentadas pelo Estado, que o movimento de mundialização⁴ do capital encontra suas maiores oportunidades de investir.”. Para Iamamoto (2007), a mundialização do capital, sob a hegemonia das finanças, tem ampla e profunda repercussão na órbita das políticas públicas com suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão dos legados dos direitos do trabalho assalariados conquistados.

As reflexões feitas acima, acerca do papel do Estado no trato das políticas sociais, nesse momento histórico, são de extrema relevância para entender o período que se dispôs a analisar, que é o governo Lula e suas estratégias para a educação superior. Para entendermos melhor como se deu a política de educação em seu governo, é necessário fazer referência ao governo anterior, do Fernando Henrique Cardoso e as medidas implantadas por ele, já que o

⁴ Modo com que o capital encontrou para unificar o contato entre todos os grupos humanos, na medida em que há a consolidação do mercado mundial. (Netto e Braz, 2008). Acontecem fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia. Esses grupos assumem formas cada vez mais concentradas e centralizadas do capital industrial e se encontram no centro da acumulação. (IAMAMOTO, 2007, p. 107)

rumo da política educacional no governo Lula e no governo atual tem reafirmado as propostas do governo FHC e tem dado continuidade a muitas de suas medidas, o oposto do que se propuseram a fazer.

O Brasil está inserido num contexto mundial de expansão do Capital, representado na contemporaneidade pelo processo de financeirização, que representa a fase em que a concentração de capital passa a ser também aplicada no sistema bancário e financeiro, deixando de ser somente destinada a esfera da produção. Para Netto e Braz (2008):

A existência de certa massa de capital sob a forma de capital dinheiro é indispensável à dinâmica do capitalismo e essa massa é remunerada através dos juros. À medida que o capitalismo se desenvolveu, um segmento de capitalistas passou a viver exclusivamente desse capital que conservaram sob forma monetária- trata-se de uma camada de capitalistas rentistas, que não responsabilizam por investimentos produtivos. O que vem se passando no capitalismo contemporâneo é fabuloso crescimento (em função da superacumulação e da queda das taxas de lucros) dessa massa de capital dinheiro que não é investida produtivamente, mas que succiona seus ganhos (juros) da mais-valia global- trata-se, como se vê, de sucção parasitária. (NETTO e BRAZ, 2008, p. 231,232).

Sendo assim, o Brasil sente influência direta de um dos principais protagonistas do capitalismo em sua forma financeirizada, o Banco Mundial⁵. Na medida em que ele oferece financiamentos aos governos para que possam investir em políticas sociais. Para o Banco Mundial, a política de educação possui o poder de desenvolver a superação do subdesenvolvimento, os países periféricos devem investir mais em educação básica, já que existe um grande contingente de pobreza e exclusão social, e assim deve-se privatizar a educação superior, tendo em vista que quem consegue chegar até ela têm condições de arcar com suas despesas, deixando assim os recursos do Estado só para aqueles que realmente necessitarem dele. O país articulado, com esse organismo e submetido aos interesses da burguesia nacional, fica dependente. Desse modo, segue aos seus ditames. (FERREIRA, 2011) O BM explica suas estratégias da seguinte forma:

Já que as taxas de retorno do investimento em educação básica são geralmente maiores que as da educação superior nos países de baixa e média renda, a educação básica (primária e secundária inferior) deveria ser prioritária dentre as despesas públicas em educação naqueles países que ainda não conseguiram uma matrícula quase universal nesses níveis (BM, 1995, p.13).

⁵ Foi criado em 1944 para financiar a reconstrução dos países destruídos pela Segunda Guerra Mundial, sobretudo na Europa. Têm como presidência desde sua fundação os Estados Unidos. Oferece financiamentos e vantagens financeiras aos países de todo mundo, fazendo com que se tornem dependentes e com dívidas altíssimas. (Ferreira, 2011).

Segundo a justificativa desse organismo, conclui-se que, não haveria como chegar ao desenvolvimento do país com investimentos em educação superior, já que grande maioria da população é composta por pessoas de baixa renda e a educação básica ainda não atende a todos. O que para ele deveria ser feito é corrigir o problema de baixo para cima. Dessa forma, o Banco Mundial favorece a privatização e estabelece algumas propostas para os governos da América latina, Ásia e Caribe.

A primeira dessas propostas se dá pela diversificação de instituições (universidades, faculdades, centros universitários), que se tornará mais uma alternativa no sentido de expandir as divisões das classes, já que a elite continuará partindo para as universidades que são mais bem estruturadas e os mais pobres irão para as outras, na sua maioria particulares, que em consequência são de qualidade inferior.

A segunda proposta se dá pela criação de variedades das fontes de financiamento, as quais aqui no Brasil ficaram estabelecidas com a criação em 1999 do Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES, que foi uma parceria do governo com a Caixa Econômica Federal, o qual considera o FIES um programa do Ministério da Educação que financia a graduação de estudantes matriculados em instituições não gratuitas e que não possuem condições de arcar com os custos. Uma iniciativa que facilita o acesso ao curso superior e um incentivo à qualificação profissional. (Em <http://www.caixa.gov.br/voce/Fies/conheca_fies.asp> acesso: 16 de março, 2013).

O crédito educativo é um empréstimo de Estado ao cidadão, para que dessa forma possa concluir sua formação. Na verdade se configura como uma parceria de privilégios financeiros entre o Estado e o setor bancário.

A terceira proposta se dá pela redefinição da função do Estado (de fornecedor da educação a garantidor da sua privatização). De fato, isso irá ocorrer no governo Lula com a criação do PROUNI (Programa Universidade pra Todos), instituído pela Lei N° 11.096/04, com a finalidade de garantir o acesso ao ensino superior por meio das instituições privadas e se justifica como possibilidade do acesso a transferência de recursos públicos para empresas privadas, por meio de isenções fiscais. Conforme informações do MEC:

É um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudos em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. (Em http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#conhecendo acesso em 19 de março de 2013).

A proposta do PROUNI não é algo novo, já que entre as diretrizes do Decreto nº 62.937, de 1968, está a proposta de que as universidades públicas cobrassem mensalidades, bem como, oferecessem bolsas para os alunos carentes em instituições privadas. Assim, mais uma vez, Lula faz esse retrocesso às ideias do passado, tentando firmá-las em seu governo. (FERREIRA, 2006)

O PROUNI possui uma questão em o FIES, os dois se configuram como programas que se revestem de uma alternativa de acesso ao ensino superior para classes empobrecidas da população, mas, na verdade, se mostram, mais uma vez, como alternativa para realizar privilégios financeiros para as camadas privadas, fortalecendo assim a classe dominante, com apoio do poder público. Beneficiam-se, ainda, no sentido de que o governo estende o prazo de estruturação das instituições que não tiveram boa aprovação na avaliação feita por ele.

Entretanto, não devemos desconsiderar que devido à proposta do PROUNI, uma grande proporção de alunos pôde ingressar na universidade, fato jamais esperado pela maioria deles. Porém, como já mencionado, as instituições privadas usam dos privilégios oferecidos pelo Estado e, somente, fazem criar seu excedente de lucros, deixando de se estruturar para melhor atender os alunos. Dessa forma, aumenta-se o número de estudantes, mas não há investimentos na qualificação das instituições.

Como última proposta do BM, para educação superior brasileira, se tem a implantação de uma política de qualificação do ensino superior que atenda aos interesses do setor privado, que também pode estabelecer referência ao PROUNI. Mas que principalmente abre as portas das universidades públicas para investimentos de instituições privadas, como incentivo as inovações tecnológicas com realização de pesquisas. “[...] O governo viabiliza através de uma legislação complementar, a interferência dos negócios privados na esfera pública, quando faz desaparecer a exclusividade de o fundo público financiar as políticas sociais.” (ANDES, 2004, apud FERREIRA, 2011, p.64).

O governo Lula continuou o incentivo à diversificação da organização das instituições de ensino superior. Visando a facilidades para a ampliação da oferta de vagas, a diversidade e flexibilidade passaram a fazer parte do ensino superior como maneira de efetivar essa ampliação sem que as IES tenham que se submeter a todas as regras de ser uma universidade, podendo se organizar de maneira mais favorável, inclusive a obtenção de lucro. (FERREIRA, 2011, p. 66)

Outro fator significativo nos rumos da educação superior no governo Lula foi a intensificação da Educação a Distância, que se considerava eficaz para aumentar, com pouco investimento, o acesso da população pobre à educação superior. O EAD foi instituído pelo

governo FHC pelo decreto nº2494/98, onde afirma à modalidade de ensino a distância para os cursos de graduação prevista na LDB de 1996. Foi reforçada no governo Lula pelo Decreto nº 5.622/05.

O ensino nesse sentido passa a ser estabelecido por essa modalidade, de maneira que não existe contato pessoal entre professor e aluno, esse contato é realizado somente através do uso de tecnologias altamente avançadas. São feitos alguns encontros presenciais para a aplicação de avaliações e estágios obrigatórios. Vale lembrar que, a legislação que regulamenta essa modalidade de ensino é bem maleável, já que não estabelece padrões únicos de cumprimento de exigências, deixando a tomada de algumas decisões a cargo das próprias instituições. (FERREIRA, 2011). De acordo com o MEC:

A modalidade de Ensino a distância não tem como referência um modelo único. Os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. A natureza do curso e as reais condições do cotidiano e necessidades dos estudantes são os elementos que irão definir a melhor tecnologia e metodologia a ser utilizada, bem como a definição dos momentos presenciais necessários e obrigatórios, prevista em lei, estágios supervisionados, prática em laboratórios de ensino, trabalhos de conclusão de curso, quando for o caso, tutorias presenciais nos pólos descentralizados de apoio presencial e outras estratégias. (MEC, SEAD, 2007, p.7)

Conforme Santos, Abreu e Mellim (2011), o EAD está longe de se constituir em uma alternativa democrática à ampliação do acesso ao ensino superior. O público-alvo desse programa, salvo exceções, vem de um ensino fundamental e médio precários, muitas vezes, também, à distância. São estudantes, em sua maioria, que vivem próximos a grandes centros ou a cidades de médio e grande porte que possuem uma rede de ensino superior privada e/ou pública, com cursos em tempo parcial, como os cursos noturnos. O Ensino a distância só faz reproduzir essa realidade não promovendo uma mudança no quadro social desses sujeitos.

A Modalidade de educação a distância tem se tornado, ao longo dos anos, o principal fator que tem causado a precarização do ensino superior, já que seu objetivo tem sido formar o maior número possível de pessoas, sem ofertar nenhuma certeza de qualidade. Assim, esses profissionais entram no mercado de trabalho, despreparados e se sujeitando a receber salários baixos, fazendo com que suas categorias profissionais sejam desrespeitadas e desconsideradas.

Tendo em vista todas essas propostas, a política de educação superior no governo Lula passou por grandes mudanças, ancorada pela noção de que ele deveria dar uma “resposta certa” à reivindicação por uma reforma universitária travada nos anos 60.

Assim, em 2008, cria-se de todos, já mencionados acima, o maior programa de tentativa de reestruturação do ensino superior público, o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que segundo o ANDIFES⁶ (2012) 14 “veio concretizar uma política de recuperação do sistema federal”. O ANDIFES apresentou ao Presidente Lula, em agosto de 2003, uma proposta para dobrar o número de alunos nas universidades sem comprometer a qualidade, priorizando cursos noturnos, a formação de professores para a educação básica e a superação das desigualdades regionais. Em 2008, 53 universidades presentes em todos os estados da federação firmaram com o Presidente e o MEC um termo de compromisso com este objetivo. (ANDIFES, 2012)

Como justificativa dos idealizadores do REUNI estão os seguintes problemas do antigo regime das universidades: os atuais cursos de graduação são quase, exclusivamente, voltados para a formação profissional; a falta de uma política de ação afirmativa com efetiva garantia de permanência dos estudantes que apresentem condições sociais desfavoráveis; a falta de flexibilidade e interdisciplinaridade na formação dos currículos; os grandes níveis de evasão e enfim grande ociosidade nos períodos noturnos. Dessa forma, a proposta do REUNI é instituída pelo decreto 6.096/07, com a função de estabelecer no ensino superior público a ampliação no número de vagas em suas instituições, favorecendo assim o ingresso das camadas populares da sociedade ao ensino superior. (FERREIRA, 2011)

Houve de fato uma expansão do ensino público quando diz respeito ao aumento do número de vagas, ao aumento de cursos e de alguns campus, e ao aumento da possibilidade de acesso de camadas da população que antes pouco acontecia. Em conseqüência, não houve investimento para a melhoria da qualidade da educação, contratação de professores e técnicos administrativos, reestruturação da carreira de ambos, e melhoria na estruturação do espaço físico. Isso fez com que o ensino público se tornasse cada vez mais um “serviço”, se equiparando as instituições privadas, e intensificando a sua funcionalidade a lógica do capital.

De acordo com o MEC/ REUNI (2009), os reais objetivos eram na verdade criar condições para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, aumentar a qualidade do ensino por meio da inovação e adequação acadêmicas com articulação entre graduação, pós- graduação e educação básica, profissional e tecnológica, bem como, melhorar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura física das universidades federais.

⁶ A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, criada há mais de vinte anos e que reúne as universidades federais do Brasil, é a representante oficial das universidades federais na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral. (Em http://andifes.hospedagemdesites.ws/?page_id=224 acesso em 19 de março, 2013).

Com isso, analisando os objetivos apresentados, observamos mais uma vez a contradição entre legislar e cumprir, pois quando se fala em “aumentar a qualidade”, pensamos em uma educação que atenda a todos e que ofereça o mesmo grau de informações, com acesso a todas as inovações de infraestrutura física, com quadros de professores qualificados que também possam exercer suas atividades com todas as condições necessárias para passarem seus conhecimentos de maneira digna. Enfim, formar, dentro dos espaços universitários, sujeitos pensantes, não preocupados apenas com sua formação profissional, mas sim, engajados na luta por uma sociedade igualitária e comum a todos. Efetivar o acesso integral dos alunos ao ensino, a pesquisa e a extensão, cumprindo a real função da educação superior pública.

De acordo com Mézaros (2005), a educação institucionalizada, imposta a mais de 150 anos, tem servido somente ao propósito de fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro valores que legitima os interesses dominantes. Portanto, podemos dizer que a educação até no fato de fornecer conhecimentos tem feito de maneira que satisfaça as vontades do capital. As instituições de educação tiveram de ser adaptadas, no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital, abandonam-se a extrema brutalidade e violência, e se revestem de um caráter solidário de promotor da igualdade, para dessa forma conterem qualquer oposição ao regime e continuarem a sua manutenção.

Observa-se, também, que a autonomia universitária se reduz na medida em que as instituições são praticamente obrigadas a aderirem ao REUNI, já que necessitam de recursos, mesmo que baixíssimos, fazendo com que as instituições abram um grande número de vagas, tendo que fazer um aproveitamento de suas instalações. A adesão passa a ser vista como a perda da liberdade que já é relativa, não sendo possível fazer planos e pensar em objetivos amplos dentro das condições impostas pelo governo. (FERREIRA, 2011)

A maneira como o governo institui o REUNI vem mais uma vez responder a uma exigência do capitalismo, visto que, para sua manutenção, é preciso que este ofereça a classe trabalhadora um tipo de educação que a qualifique para o mercado de trabalho, não deixando, dessa forma, que o seu processo de reprodução e acumulação se perca, porém para eles não é necessário que a educação seja libertadora e politizadora. Por isso, não se investe na qualidade e não se incentiva a formação de indivíduos sociais que se comprometam com uma sociedade justa e livre de qualquer forma de dominação, por que assim o seu sistema estaria frontalmente ameaçado.

A classe capitalista teme que a escola, obedecendo a um princípio constitucional ao invés de trabalhar por encomenda direta do capital, crie um amplo contingente de “sobrequalificados”, que se converterão em fator de atrito dentro do processo de trabalho e exercerão espontaneamente pressão a favor da redefinição dos seus objetivos gerais. É esse o impasse, em que vive a classe capitalista no terreno educacional: ela não quer que sua mão de obra tenha “educação de menos”, mas também não aceita que esta receba “educação demais”. (SAVIANI, 1987, p.98.)

Observamos a partir da proposta de expansão imposta pelo Reuni, a preocupação governamental em focalizar apenas no ensino. Com a ideia de expandir o número de vagas, sem investimentos maiores, torna-se inviável a possibilidade de realização de pesquisas, sendo que essa realização é uma obrigatoriedade para a constituição da universidade. O que temos são pesquisas realizadas no intuito de cumprir o que se é imposto, sem dedicação e sem condições propícias para seu aperfeiçoamento em todas as áreas, promovendo, assim, a continuação da explícita divisão entre a educação inovadora para elite, e a educação de massa para o restante da população.

A proposta do Reuni, é selecionar e preparar estudantes estratificados pela estrutura social, a ocupar no sistema de trabalho, posições subalternas, além de reter a demanda popular por vagas nas universidades tradicionais, conservando-as como instituições destinadas à realização de pesquisas e a formação das elites. Caminha na contra mão da democratização do acesso e da permanência dos jovens de baixo poder aquisitivo no Ensino Superior. (ALVES, 2010, p.67)

Todas essas medidas de expansão do ensino superior brasileiro são devidamente explicadas por Iamamoto (2008), segundo ela, as profundas alterações nos padrões tecnológicos e gerencias na produção e comercialização de bens e serviços, em escala mundial, com a requisição de novas especializações do trabalho, estimula o estreitamento entre ensino superior e trabalho. Desse modo, a universidade vem sendo conduzida pelo governo do Estado a se formar como um grande centro de produção de mão-de-obra, que possa responder num curto prazo as necessidades imediatas para o mercado.

Para Saviani (1984), a educação só exerceria de fato o papel de incentivador da consciência filosófica se ultrapassasse o senso comum, o que significaria passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista para uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada.

Meszáros (2005) faz ainda sua análise de como a educação tem sido voltada para o mercado, e como o capital tem influenciado sempre na maneira como se formam os alunos,

fazendo com que os mesmos não tenham acesso ao funcionamento da sociedade em que vivem e que se tornem mais um instrumento de reprodução desse sistema.

No reino do capital, a Educação é ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionados pela demanda do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo onde “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço” do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em *shopping centers*, funcionais a sua lógica de consumo e do lucro. (MÉSZÁROS, 2005)

Percebe-se dessa forma, como a política de educação cumprindo um dos preceitos da sociedade do capital, transforma-se cada vez mais em mercadoria, onde o acesso e a permanência são feitos de maneira qualificada só por uma parcela da população e não a quem dela necessitar como de fato deveria ser.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política educacional, de nível superior e suas estratégias de expansão têm expressado, ao longo de todo histórico da sociedade brasileira, evidentemente, as vontades da elite, e seu maior intuito é produzir mão de obra impensante que atue na produção, para garantir que sua acumulação permaneça crescente e para que suas taxas de lucros não caiam. A educação tem se voltado à formação profissionalizante e tecnicista, para atender aos interesses do capital. Foram realizadas grandes tentativas de organização da população para reivindicar uma educação livre, autônoma, integral e de qualidade, com principal destaque ao Movimento Estudantil. Entretanto, de acordo com Meszáros (2005), é inconcebível uma reformulação significativa da educação sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e, historicamente, importantes funções de mudança.

Sendo assim, a educação tem sido um espelho do funcionamento da sociedade, não há como pensá-la separadamente da vida social, e nem como, se somente através dela, fosse possível e alcançável a emancipação do indivíduo. A emancipação humana, de acordo com Marx, só é possível na superação da ordem capitalista, e na constituição de uma sociedade comunista.

A emancipação humana é a superação da propriedade privada e a constituição de uma sociabilidade comunista. Uma “autêntica” conexão ontológico-histórica entre o indivíduo liberto das alienações que brotam da propriedade privada burguesa e o gênero humano emancipado da regência do capital. (LESSA, 2007, p.6 apud MARX, 1969:52)

Onde o sujeito consiga tomar posse de sua consciência de classe, reconhecendo sua força coletiva e social, podendo escolher a direção da sua vida. Observamos que as políticas educacionais refletem as vontades de um Estado que mostra claramente de que lado está, e que usa dessas políticas para se revestir de um caráter assistencialista, de garantidor de direitos, mas que, na realidade, somente cria condições para conter as lutas da população, criminalizando os movimentos sociais, e criando condições de consumo para que o mercado econômico nunca pare de oferecer lucro e riqueza para a classe dominante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Elaine de Jesus. **Avaliação do Programa Bolsa Permanência na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Tocantins. Fortaleza, 2010.

ANDIFES. **Programa de Expansão, Excelência e Internacionalização das Universidades Federais.** Brasília, 2012.

BEHRING, Eliane. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.** Brasília, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 14 ed. São Paulo: Saraiva 1996.

BRASIL. **Referenciais de qualidade para Educação superior à distância.** Ministério da Educação - MEC, Secretaria de Educação a Distância- SEAD. Brasília, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Conferência na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPED, realizada em Poços de Caldas, MG, em 5 de outubro de 2003. In: Revista Brasileira de Educação, nº: 24, 2003.

CFESS-CRESS. Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação. **Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Educação**. Conselho Federal de Serviço Social. Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014). Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em 23 de Março de 2013.

CUNHA, Luiz Antônio (2000). **Ensino superior e universidade no brasil**. in: Lopes, Eliane marta Teixeira, Mendes (org.) e outros. 500 anos de educação no brasil. Belo horizonte: autêntica, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8ª.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da educação, 2000.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão**. Proedes/faculdade de educação/UFRJ.

FERREIRA, Débora Spotorno Moreira Machado. **A contrarreforma da educação superior do governo Lula e a formação profissional em Serviço Social: Uma análise dos impactos do REUNI nos cursos de Serviço Social das universidades federais dos estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2011.

FILHO, Palma J. C. **pedagogia cidadã** – cadernos de formação – história da educação – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/ Santa Clara editora, p. 49-60, 2005.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil socioeconômico e cultural dos Estudantes de graduação das universidades Brasileiras**. Brasília, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, Sérgio. **A Emancipação Política e a defesa de direitos**. In: Revista Serviço Social e sociedade. Ed. Cortez, junho de 2007.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. **A universidade no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, nº 14, 2000.

MESZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64** – São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Introdução ao método da teoria social**. Capacitação em Serviço Social. CEAD. UNB, 2009.

OLIVEN, Arabela Campos. **Histórico da educação superior no Brasil**. A Educação Superior no Brasil. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe. IESALC – UNESCO – Caracas. Coordenadora: Maria Susana Arrosa Soares. Porto Alegre, 2002.

PASQUALOTTO, Lucyelle Cristina. **Capitalismo e Educação**. In: Revista Faz Ciência, 08,01, p. 325-342. UNIOESTE, 2006.

SANTOS, Cláudia Mônica. ABREU, Maria Helena Elpídio. MELIM, Juliana Iglesias. **As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 108, p. 785-802, out./dez. 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez Ed.: Autores Associados, 1984.

_____. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 4 ed, 1998.

_____. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 2 ed, 1988.